



Resolução DR – PT/RS N°24/2014

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO AO DIRETÓRIO NACIONAL

1 - O Diretório Estadual do PT do Rio Grande do Sul, em reunião realizada no dia 22 de novembro de 2014, realizou um balanço do processo eleitoral de 2014. A vitória de Dilma Rousseff – quarta vitória consecutiva do nosso projeto na disputa presidencial no país – adquiriu característica histórica e heroica. A classe dominante brasileira cerrou fileiras para nos derrotar.

2 - Após as indefinições, impasses e a tragédia da morte de Eduardo Campos, a grande burguesia unificou-se em torno de Aécio Neves numa aliança que envolvia seus Partidos, as grandes corporações industriais e empresariais e, principalmente, o poderoso oligopólio midiático e os institutos de pesquisa. Este não se contentou em fazer, ao longo dos quatro anos, uma cobertura tendenciosa, negativa contra o governo PT, e, no período eleitoral multiplicaram as matérias negativas contra Dilma e o Partido, conforme estudo da UERJ sobre os maiores jornais (FSP, Globo e Estado SP). Na eleição, o grupo Abril e sua revista VEJA tentaram dar um golpe midiático que alterasse o resultado eleitoral. Foram derrotados.

3 - Nesse momento, de balanço de governo, de transição para o quarto mandato, surgem pressões variadas, em especial da oposição que apesar de derrotada quer deslegitimar a vitória de Dilma Rousseff e da Coligação Com a Força do Povo. Nesse sentido, o DR/RS aprova a seguinte resolução:

a) Nosso papel, nesse momento, é unificar e fortalecer a ação partidária em apoio ao nosso governo e ao projeto vencedor nas urnas. A opção majoritária não foi pelo projeto tucano, mas pelo nosso. Já no 1º de maio de 2014, a presidenta Dilma dizia que o governo tem lado e a política de garantia do emprego e distribuição de renda continuariam a dar sentido à política econômica. Isso não será dado pelo mercado e pela taxa de juros, como quer o rentismo financeiro.

b) Nosso esforço é para garantir sustentação à presidenta Dilma para que não fique refém de manobras de parte do PMDB, liderado pelo Deputado Federal Eduardo Cunha, que transformou a disputa da presidência da Câmara Federal numa política de chantagem e de negação dos compromissos do PMDB com a coligação que indicou Dilma e Temer para governarem o país. Não é possível ficar à mercê de um novo bloco parlamentar que não seja o acordo da Coligação com a Força do Povo.

c) Nosso papel é cobrar coerência dessa coligação num novo grau superior de compromisso daquilo que vimos nesta legislatura. A presidenta Dilma tem o direito de cobrar essa relação com a base aliada e subordinar a composição do novo governo a esse compromisso de governabilidade.

d) Nosso apoio à presidenta Dilma nos autoriza e legitima na defesa de que não nos rendamos ao pragmatismo do mercado e aos interesses diretos do rentismo financeiro. Por isso, a equipe econômica e de planejamento do governo não pode dar qualquer sinal de rendição ao senso comum do mercado. O simbolismo dessa área é suficientemente forte para que não passemos a imagem negativa e contraditória de nomes e representações do grande capital para dirigir a economia e o Banco Central. É um equívoco, um desserviço, na relação com os aliados e com as bases eleitorais que garantiram a vitória no segundo turno, as especulações em torno de banqueiros ou tecnocratas subordinados ao mercado. Isso é pior que pragmatismo, é uma sinalização equivocada, contraditória com a expectativa gerada com a heroica vitória no 2º turno.

e) Nosso compromisso e sustentação com o projeto vitorioso que construímos, nos autoriza a propor que o novo governo combine a governabilidade congressional assumida com a frente Com a Força do Povo com o aprofundamento da relação do governo com os movimentos sociais e entidades da sociedade civil que se representam nas estruturas locais, estaduais e nacional nos conselhos que debatem e constroem as políticas e os serviços públicos que a população quer ter em qualidade e quantidade necessárias, bem como com a criação de mecanismos de participação popular direta.

f) Nossa atuação partidária deve aglutinar forças e alianças para a realização das reformas históricas que o Brasil necessita urgentemente: do Sistema Político Eleitoral – através de uma assembleia constituinte – da Democratização da Mídia, da Reforma Tributária com a taxação das grandes fortunas; além do aprofundamento das reformas agrária e urbana.

4 - Esse será o grande diferencial do quarto mandato e a grande potencialidade de alargamos a base de sustentação do projeto e sua governabilidade.

A presente resolução foi aprovada por unanimidade pelo Diretório Estadual do PT/RS.

Porto Alegre, 22 de Novembro de 2014

Eliane Silveira
Secretária-Geral

Ary Vanazzi
Presidente